

35º Encontro Anual da ANPOCS
GT 38 – Violência, Criminalidade e Punição no Brasil

**“Quem quer manter a ordem, quem quer criar desordem” -
dinâmicas das gangues prisionais no estado da Bahia**

Luiz Claudio Lourenço¹
Odilza Lines de Almeida²

¹ Professor do Departamento de Sociologia e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Vice-coordenador do Laboratório de Estudos em Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade – LASSOS. luiz.lourenco@uol.com.br

² Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e pesquisadora do Laboratório de Estudos em Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade – LASSOS. olalmeida@terra.com.br
<http://lassosufba.wordpress.com>

Introdução

A partir dos ataques ocorridos em 2006, em São Paulo, os grupos organizados nas prisões, também conhecidos pela literatura como gangues prisionais (*prison gangs*), passam a ocupar lugar de destaque na literatura sobre prisões em nosso país. Este evento coloca definitivamente as dinâmicas entre prisão, gangues prisionais, crime e sociedade como fundamentais na agenda de pesquisa da área de violência. A Bahia, assim como em outros estados, não é exceção ao fenômeno de surgimento e atuação destes grupos organizados que se mobilizam dentro do cárcere.

O objetivo principal deste trabalho é apresentar notas para a discussão de como as duas principais gangues prisionais hoje presentes na região metropolitana de Salvador, o 'Comando da Paz' (CP) e o grupo de Perna, se caracterizam na suas dinâmicas de atuação em diversas unidades prisionais do estado. Temos indícios que mesmo em unidades específicas, como o Hospital de Custódia e Tratamento – HCT/BA, há a existência de representantes destas duas gangues prisionais.

Essa pesquisa é um trabalho em andamento e agrega dados de caráter qualitativo desde 2007. Nossas fontes vão desde internos, membros do *staff* (agentes penitenciários, diretores e psicólogas), membros de ONG's, egressos e pesquisadores que estão atuando no interior das prisões do estado. Os dados estão sendo sistematizados e estamos fazendo triangulações de informações entre fontes diferentes, como obtermos assim um critério de validação e maior confiabilidade.

O nascimento das gangues prisionais na Bahia

O sistema prisional da Bahia, até 1993, concentrava na capital e na cidade de Feira de Santana toda a população carcerária do estado revelando grande atraso de investimentos nessa área em relação a outros estados do país. O período compreendido entre 1993 e 2007 pode ser considerado como aquele de maior atenção dos gestores estaduais à questão do encarceramento. Iniciou-se aí um processo de interiorização das unidades prisionais e ampliação efetiva de vagas no sistema. Foram implantadas quatro unidades de pequeno porte nas cidades de Esplanada, Ilhéus, Vitória da Conquista e Paulo Afonso, além dos Conjuntos Penais de Jequié, Teixeira de Freitas, Juazeiro, Valença,

Itabuna, Serrinha, Lauro de Freitas, Simões Filho e da Unidade Especial Disciplinar (UED). Nos últimos quatro anos, constatamos uma diminuição no ritmo desse processo sendo que apenas a Cadeia Pública e cinco mini-presídios (sistema em concreto armado com seis celas) em unidades já existentes foram construídos.

A concentração de presos na capital até o início da década de 1990 na Casa de Detenção e na Penitenciária Lemos de Brito facilitou a emergência de conflitos entre membros das gangues de rua (*street gangs*) dentro das instituições penais. Os relatos que colhemos apontam para a existência de vários grupos ou quadrilhas que se organizavam por bairros ou regiões e brigavam entre si; por exemplo, existia o grupo da Suburbana, de Itapuã, da Boca do Rio, do Nordeste. A partir de 1996, houve um agrupamento dessas quadrilhas, entretanto, ainda persistiam grupos diversos em um mesmo espaço, em um processo de seletividade e reconhecimento de lideranças em grupos primários e depois secundários – usando aqui a classificação de Clemmer (1940). Um grupo que ficou famoso nessa época foi a “quadrilha da vamp” que aterrorizava o sistema agindo dentro da Casa de Detenção. A fala de um interno exemplifica como a violência ocorria nessa época: *“na época dessa quadrilha havia um banheiro subterrâneo na Detenção onde todo dia morria um interno. Quando falavam que iam na casa de Tia Dete, todo mundo sabia que um iria morrer. Tia Dete era o apelido do banheiro...”*

No final da década de 1990, os grupos se unificaram em torno de um líder, Mário Carlos Jezler da Costa³, preso por tráfico e sequestro, que tinha largo convívio nas prisões do Rio de Janeiro e de São Paulo. Foi integrante da Falange Vermelha que deu origem ao Comando Vermelho e trouxe novas formas de organização dos presos e de reivindicação de melhores condições pois, além da violência entre os internos, existia também muita violência entre *staff* e população carcerária e violação de direitos.

Assim, diferentemente do que encontramos nas *prison gangs* americanas cujo início normalmente está associado à proteção contra predadores (DANITZ,

³ Optamos aqui por não esconder os nomes das lideranças que já são amplamente divulgados nos meios de comunicação em massa. Contudo, mantivemos em total anonimato nossos informantes que aqui são identificados com nomes fictícios.

1998), a origem desse grupo está associado à busca de melhorias na instituição penal devido às condições insalubres e vitimógenas em que viviam os presos, numa tentativa de pacificação das relações até então estabelecidas:

O Perna, o Lobão, esses caras criaram esse grupo, mas criou como um grupo de paz, uma roda de capoeira; pintou algumas partes da cadeia de branco, desenhou uns desenhos de pombo, todo mundo se vestia de branco e era uma comissão de paz. (Cliff, interno, 39 anos)

O nome 'comissão da paz', segundo alguns relatos, teria sido designado pelo próprio *staff*, uma vez que demanda expressa por este grupo mostrava-se aparentemente vinculada a idéia de 'harmonizar a cadeia'. Não sabemos ao certo se a caracterização com roupas brancas e outros símbolos veio antes ou depois disso, mas certamente contribuiu para construir a identidade do gangue

O primeiro passo na consolidação parece ter sido dado por Jezler que teria conseguido reunir um grupo composto inicialmente por Genilson Lino (Perna, preso por assalto e depois entrou no tráfico), César Dantas (César Lobão, preso por assalto a banco e tráfico) e Cláudio Campanha (batedor de celular e de corrente na Liberdade). Depois Claudio teria chamado o Éberson Santos (Pitty, preso por assalto de ônibus e depois por assalto a banco) para também compor o grupo.

Uma das hipóteses comuns sobre o fortalecimento das *prison gangs*, no contexto americano, diz respeito às elevadas taxas de encarceramento e na captura de criminosos perigosos e inteligentes que atrás da grades poderiam usar suas habilidades para montar e gerenciar estes grupos (SÁNCHEZ-JANKOWSKI, 2003). Segundo Gomes (2009), houve na Bahia, entre 2000 e 2007, um aumento de 50% no número de unidades prisionais com um crescimento de 79% no número de vagas, enquanto a massa carcerária cresceu 82%. Este período coincide com o ápice da força demonstrada pelas gangues prisionais no estado, o que corrobora esta hipótese no nosso caso. Mas olhando o perfil criminal da maioria dos líderes das gangues prisionais da Bahia vemos que entre eles existiam o que na gíria policial se denomina 'pés-de-chinelo', ou seja, criminosos de baixa periculosidade que cometem pequenos delitos.

Assim, a vida na prisão representou para alguns destes sujeitos espaços de aumento de seu poder, respeito e autonomia diante de outros criminosos.

A disputa pelo espaço prisional (a quem interessa a manutenção da ordem ou o fomento da desordem)

Pelo que conseguimos apurar, após a transferência dos fundadores do grupo para a Penitenciária, Pitty assumiu o posto com novas orientações, usando abertamente a violência como instrumento de manutenção do poder *'matando, extorquindo e fazendo outras pessoas de refém na prisão'* (sic). Isso criou uma dissidência, pois alguns dos antigos fundadores não concordavam com esses métodos o que culminou no surgimento de outro grupo sob o comando de Perna. Assim, dois grupos foram consolidados: o grupo do Presídio Salvador que manteve a denominação CP, ou Comissão da Paz; e o grupo de Perna, dando início, assim, a uma rixa entre a Detenção (Presídio Salvador) e a Penitenciária que foi acirrada após a morte da então companheira de Perna, a mando de integrantes do Comando da Paz.

O período em que Pitty comandou a CP é considerado em vários relatos como aquele de grande violência dentro da Detenção incomodando tanto à população carcerária quanto aos gestores que não conseguiam controlá-lo.

Sabemos que a existência de lideranças dentro da prisão é algo que é tolerado através dos tempos em diversos países, com vários exemplos desta tolerância na literatura prisional (SYKES, 1958). Esta manutenção da ordem é interessante tanto para as próprias lideranças, quanto para o *staff*, que então encontra um ator instituído (informalmente) para controlar as rivalidades e as violências inerentes ao ambiente prisional. Dentre as principais palavras de ordem ouvidas dentro do cárcere ecoa sempre: “a cadeia não deve sangrar”, ou, “as coisas tem que ficar em ordem”.

Tivemos a informação que em uma ocasião, um representante do alto escalão da então Secretaria de Justiça e Direitos Humanos chamou Claudio Campanha à sua sala, no Centro Administrativo, e fez um acordo para ele voltar para a Casa de Detenção e controlar a situação. Claudio aceitou o acordo e retornou para a Detenção reassumindo a CP, agora legitimado pelo poder estatal. Esse momento é o ápice de um processo que vinha ocorrendo sub-

repticiamente nas principais unidades do estado que enfrentavam altos índices de violência: o estabelecimento de pactos entre gestores e presos e, conseqüentemente, de reconhecimento das lideranças:

Voltando à história, Cláudio voltou empoderado e digo que quem criou a CP foi o próprio sistema, foram os nossos gestores que foram coniventes. A rivalidade começou pelos pontos de tráfico. Aí, Cláudio foi solto e matou o Jezner que estava na rua [em 2009], então foi mais um motivo. Em 2007 quando cantou a transferência de Pitty para a Detenção, a direção segurou a transferência porque Pitty estava jurado de morte na PLB. Perna já tinha dado a ordem de que, em qualquer pavilhão que ele entrasse, ele tinha que morrer. Então seguraram a transferência até que Pitty fugiu, por um buraco, em pleno dia. O sistema deu tanta asa pra CP que foi a primeira vez que fizeram rebelião com refém [em 2003]. (James, *staff*, Idade Ignorada)

A mudança foi com a ajuda da direção, porque de quatro anos pra cá a direção da segurança teve uma instrução de um preso. E devido à ideia que o preso deu a ele, ele chamou os presos pro acerto: 'se começar a matar, começar a ter fuga, eu vou pegar vocês e mando pra outro lugar. Faça o que vocês quiserem lá dentro, mas não façam na minha vista'. Eu mesmo tentei fugir e fui lá pra outras unidades do interior e fiquei longe da minha família. Tudo consequência do que eu fiz. (Lars, interno, 34 anos)

Em suma, o pacto estabelecido previa que as lideranças deviam manter a ordem dentro da prisão, controlando a massa carcerária e a violência existente e "*não dando problemas para a gestão*"; em contrapartida, haveria maior flexibilização no relacionamento com a população carcerária.

Este tipo de acordo desonera o administrador de prisão de vários problemas e demandas. Diminui a necessidade de vigilância intensiva e tranqüiliza os agentes que sabem que as regras de conduta dos internos estão pactuadas com as lideranças e suas gangues. Isso embora possa aumentar os níveis de conflito e vitimização entre internos pode também diminuir o nível de conflitos entre internos e agentes. A administração de conflitos entre os internos de um mesmo grupo passam assim a ser geridas primeiramente não pelo *staff* mas pelas gangues prisionais e suas lideranças. Além disso, a legitimidade para colocar certas regras de conduta entre os internos de um líder ou de uma gangue prisional jamais será a mesma do diretor e/ou do corpo de agentes de uma unidade.

Como instrumento freio para qualquer tentativa de insurgência dos líderes há as transferências. Se o pacto não for cumprido, transferências para outras unidades podem ocorrer. O uso da transferência como instrumento de controle – o único, em nossa análise – está presente também em outros contextos e sistemas como evidencia Sparks, Bottoms e Hay (1996), que encontraram o mesmo procedimento nas prisões britânicas, onde realizaram pesquisa. A instalação de uma unidade de regime diferenciado no sistema prisional baiano reforçou ainda mais esse tipo de controle bem como o pacto realizado, pois é uma das unidades mais temidas pelos internos devido às restrições existentes:

A cadeia agora está na paz e isso foi depois do RDD, porque muitos têm medo de ir pra lá porque não têm os privilégios que têm aqui. As pessoas se contêm mais e respeitam o direito de cada um. (Dave, interno, 39 anos)

No RDD é muito sofrimento porque a pessoa fica muito trancada em uma cela pequena, sem espaço nenhum. Abre a cadeia oito horas da manhã e quando é onze horas, onze e meia, já está trancando e só no outro dia agora. Não tem lugar pra descer a água, tomar banho; tem que tomar banho na torneira, na pia de lavar roupa, lavar prato, essas coisas. (Jason, interno, 30 anos)

Vale lembrar que este tipo de reprimenda veio a se instituir muito depois do a consolidação das duas principais gangues prisionais baianas. Sendo uma medida adotada mais efetivamente dentro de um contexto, que como veremos a seguir, as incursões de criminalidade violenta destes grupos extrapolavam os muros das prisões, redundando em uma série de homicídios e chacinas pela região metropolitana de Salvador.

Alastrando os domínios e aumentando ganhos das gangues prisionais

A partir da instituição do CP na década de 1990, gradativamente, pavilhões e unidades foram contaminados com o aparecimento de “comissões” de internos, cujos líderes eram provenientes dos grupos organizados gerando uma territorialização de unidade e/ou pavilhões. Essa territorialização se ampliou devido às mudanças de regimes dos internos que iam sendo transferidos para outros estabelecimentos e, assim, as unidades de regime semiaberto passaram também a conter cisões dentro de sua população, ficando cada grupo

segregado em pavilhões ou galerias específicas. Desse modo, internos provenientes de galerias ou pavilhões comandados por um determinado grupo só podem ser transferidos para outro de igual comando a fim de não sofrerem represálias.

Embora o grupo tenha surgido com o propósito manifesto de organização interna, outros objetivos latentes podem ser detectados, a partir dos relatos obtidos. A motivação econômica é citada como o principal propósito, revelado tanto por internos quanto pelo *staff*, e evidencia uma concentração de recursos em um grupo específico, composto por aqueles que desenvolvem atividades ilícitas por motivações financeiras e que apresentam alguma habilidade empreendedora. A limitação do espaço, a cultura prisional e o controle social por parte das lideranças facilitam o monopólio da “oferta” de bens e serviços por um determinado grupo e, na ausência de concorrência, a probabilidade de êxito do empreendimento é alta. Vejamos as falas dos nossos atores/agentes sobre isso:

Tudo começou porque a cadeia passou a ser um meio, uma forma de ganhar dinheiro, uma forma de render dinheiro. Então as pessoas acharam melhor o quê? Acharam que tendo um comando, aí tem trabalho, tem disciplina, tem orientação, tem tudo e tem dinheiro. Então hoje a cadeia é uma firma, é uma empresa, hoje é uma fábrica de ganhar dinheiro pra aquelas pessoas que comandam. Então depois as pessoas passaram a ver que naquela época ninguém ganhava dinheiro não, as pessoas só queriam saber de sangue. Hoje em dia não. Hoje em dia as pessoas querem saber de dinheiro e não de sangue. (Cliff, interno, 39 anos)

Aí, digamos, o líder do pavilhão fica com o lucro do trabalho que tem lá. E, além disso, tem as bolsas de piaçava, outros tipos de artesanato, outros tipos de trabalho. A cadeia mudou muito, em parte até pra melhor, porque em vez de as pessoas ficarem guerreando como era naquela época, como índio trocando faca... Isso uma menina me falou uma vez: ‘você vivem vida de índio, uma coisa do tempo antigo, que essa coisa de uma pessoa pegar uma faca e outra pessoa pegar outra e ficar guerreando até morrer, isso é coisa do passado, de índio....’ Então, em vez de as pessoas fazerem isso, as pessoas hoje procuram trabalhar, progredir. (Cliff, interno, 39 anos)

Todo pavilhão tem um líder que comanda e obriga os demais internos a situações diversas e pagamentos de taxas: tem taxas para as comarcas, para ter uma visita, para ter assistência médica, odontológica... Além disso, os internos são obrigados a comprarem no mercado que existe dentro do pavilhão onde as mercadorias são mais caras. Eles têm que fazer dívidas para os familiares pagarem. (Ron, *staff*, 31 anos)

Além disso, encontramos que no decorrer da década de 2000, houve um intenso cerco policial ao comércio de entorpecentes na cidade de Salvador que tirou de circulação grandes traficantes criando lacunas na venda de drogas nos bairros e abrindo espaço para a entrada de outras pessoas. Diante da oportunidade, os líderes das duas gangues prisionais existentes nas prisões baianas fizeram contatos com os fornecedores de drogas a fim de continuar a distribuição na cidade que começou a ser loteada sob o comando das lideranças dos dois grupos que, desta forma, ultrapassaram definitivamente os muros com complexo penitenciário.

Contexto atual (notas sobre a violência urbana e a prisão)

Atualmente, apesar de Piti ter morrido, e Cláudio Campanha e Perna terem sido transferidos para prisões federais, distantes da capital baiana, seus grupos ainda mantêm a liderança dentro e fora das instituições penais. A rivalidade persiste em todas as unidades e, também, na cidade de Salvador que, como visto, foi territorializada por esses dois grupos na briga por espaços de comercialização de drogas. A propósito, a atual violência na cidade deriva, em grande parte, das lutas por esses espaços e do confronto que se iniciou dentro do sistema, espalhando-se para fora dos seus muros. As falas abaixo ilustram parte desse processo:

Já tenho problema da rua por causa de briga de gangue e aqui estou tendo problemas. Moro em Pernambues e o pessoal de lá é da CP. Eu estava na Detenção no Anexo e lá não é CP, só na Detenção velha. No Anexo é normal, todo mundo tira na paz. E aqui estou tendo problema com o pessoal da CP. Eles tentaram me matar com faca. Cortaram minha mão, meus pulsos... Isso foi na Detenção Velha que, quando eu cheguei, a Polícia me jogou na Velha mesmo eu falando que não podia entrar lá... Aqui eu tava no Corpo IV e o homem [Perna] mandou me jogar no Corpo I, mas me jogaram lá no V. E eu não posso entrar. Eu sou envolvido com a facção de Perna por causa de droga, desde a rua. (Robert, interno, 23 anos)

Quando Perna voltar não vai ter mais espaço aqui em Salvador não. Daqui a uns quatro, cinco anos eles vão se acabar tudo porque um da CP mata um de Perna e vice-versa. Vão morrer tudo. (...) Antes aqui em Salvador só tinha quadrilha. Agora tem facção e por isso tanto policial está morrendo. Quando Cláudio Campanha, um dos líderes da CP, quando sai, só sai com mais de quarenta homens com ele, cheio de

arma pesada. Não tem policia que dê jeito. Só se for o exército... (Cliff, interno, 39 anos)

As “facções” ampliaram seu poderio através de ligações com grupos de outros estados, intercambiando informações, armas e drogas, sendo esse relacionamento outro ingrediente que impacta a violência e a vitimização na cidade. Em recente episódio, entregadores de drogas do PCC para a CP foram mortos, iniciando uma série de execuções, inclusive dentro do sistema. Reportagem de um jornal eletrônico local discorre sobre o ocorrido:

A disputa de liderança no tráfico faz mais uma vítima. Acusado de assassinar a paulista e integrante da organização criminosa conhecida como Primeiro Comando da Capital (PCC), Camila Pedreira Frias, 20 anos, o líder do Comando da Paz (CP) José Roberto dos Santos, o Robertinho, foi encontrado morto dentro da cela da Unidade Especial Disciplinar (UED) do Complexo Penitenciário da Mata Escura, no final da tarde de ontem. De acordo com a assessoria de comunicação da Secretaria de Justiça e Cidadania, “a morte foi por enforcamento”. [...] José Roberto foi preso em Sergipe há uma semana e apresentado à imprensa no auditório da Secretaria de Segurança Pública, no dia 31, ao lado do presidiário Davi Silva, conhecido como “Gordo” detento na Unidade Especial Disciplinar (UED), de segurança máxima, no Complexo Penitenciário do estado, em Mata Escura. “Gordo” teria dado a ordem para Zé Roberto executar Camila. De acordo com o secretário César Nunes, Zé Roberto seria do Comando da Paz (CP), que atua em Salvador, e teria dado o golpe em Camila Pedreira Frias que estava acompanhada de Jean Carlos dos Santos. Ambos seriam ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC), que atua em São Paulo, e agiam como “aviões” – entregadores da droga. Ao entregar lote de cocaína avaliado em R\$ 60 mil, o casal foi sequestrado por José Roberto e pelo comparsa Daniel Carvalho, mais conhecido como Daniel ‘Café’, que continua foragido. No dia 23, os corpos de Camila e Jean foram encontrados numa cova rasa na localidade de Portão, em Lauro de Freitas. [...] O traficante Renildo dos Santos Nascimento, conhecido como Aladim, de 27 anos, tido como integrante do Comando da Paz, foi encontrado morto em uma cela do Presídio de Segurança Máxima, em Catanduvas, estado do Paraná, no dia 29 de maio. Aladim era acusado de ser o mandante da série de ataques praticados em 2009 contra módulos policiais, PMs e ônibus na cidade. (VIEIRA, 2010)

Outro episódio que pode ser citado é a seqüência de chacinas ocorridas em 2008 nos bairros da federação e Pau da Lima atribuídas à guerra entre traficantes oriundos dos dois grupos que atuam nas instituições penais. Infográfico sobre a territorialização realizada por esses grupos na cidade de Salvador, divulgado no jornal A Tarde do dia 10/06/2008, nos dá uma ideia de como ocorre esse fenômeno:

Fig. 1 - Mapa desenvolvido com base no infográfico veiculado no jornal A TARDE de 10 de junho de 2008



*Este mapa atualmente passa por mudanças, nossa intenção aqui é simplesmente apontar a territorialidade extramuros das gangues prisionais.

Assim, a disputa por territórios dentro e fora do sistema transformou a violência expressiva que predominava na década de 1990 em uma violência instrumental no início dos anos 2000, e os episódios de vitimização continuam envolvendo ambos os grupos. Vale ressaltar que, parte da violência é intragrupal que pode ocorrer com o propósito de sanção para os “erros” cometidos pelos membros ou devido a luta pelo poder. No episódio acima, a execução dos membros da CP foi ordenada pelo próprio grupo que, pressionados pelo PCC, puniram os envolvidos na morte do casal:

Nesse problema que teve aí com o casal que veio trazer droga de São Paulo, o PCC mandou que a própria CP tomasse providência (matasse os envolvidos) porque senão iam matar a mulher de Cláudio. Aí o próprio grupo tem que punir aqueles que erram. Em algumas situações, eles fazem um “sorteio” para ver quem vai morrer mas acabam colocando um mesmo nome. (Ian, Interno, idade ignorada)

Texto do jornal ‘A Tarde’ exemplifica outra possibilidade de violência intragrupal:

Em 2008, a disputa de duas quadrilhas por pontos do comércio de entorpecentes resultou numa série de assassinatos na capital. De dentro do sistema prisional, Eberson Souza Santos, o Piti, e o rival, Genílson Lino da Silva, apelidado Perna, comandaram ações violentas que resultaram em muitos crimes. Entre os crimes que chocaram os baianos, à época, a chacina de Mussurunga, a maior do País em 2007, deixou sete mortos. Diante da repercussão da onda de violência no estado, a polícia agiu e conseguiu desarticular o primeiro e o segundo escalões das duas quadrilhas. Piti e vários outros bandidos foram mortos, em confronto, enquanto que o rival, Perna, foi transferido, junto com outros traficantes, para uma prisão de segurança máxima, no Paraná. A desarticulação do comando criminoso resultou numa nova onda de mortes. Traficantes de terceiro e quarto escalões iniciaram uma disputa pelo espólio das bocas-de-fumo, resultando num grande número de homicídios. (Jornal A Tarde, de 25/01/2011)

Estes fatos acabaram por tornar mais efetiva a prática de transferências de internos reconhecidos como líderes tanto para a UED quanto para presídios fora do estado. Este recurso, ao que parece, tem sido o mais recorrente na tentativa de se dissipar o poder das gangues hoje na Bahia. Contudo, parece que a desestabilização das gangues também desestabiliza seus domínios espaciais fora da prisão. Isso gera o interesse de novos criminosos por estes territórios o que fomenta mais conflitos violentos pela cidade e região metropolitana.

De toda sorte, parece estar havendo uma fragmentação do Comando da Paz, embora tenha se expandido mais e propagado mais seu nome entre os internos, efetivamente os comandos dentro da gangue parecem não se conciliar.

A CP hoje é maior que a de Piti mas é fragmentada, tem muitos grupos que brigam entre si. Mas não é um grupo com regras claras; se uma pessoa foi presa lá no IAPI que é da CP chega aqui e diz que é da CP por causa do bairro onde mora para se proteger mas não existe ingresso oficial ou ritual específico. Na cadeia eles recrutam os couro de rato, que não pensam ou que querem proteção. Existe muita violência entre eles, um grupo matando outro dentro da própria CP. Uma vez fizeram um assalto e não repassaram a grana para Cláudio; ele mandou matar todos. (Burton, *staff*, idade ignorada)

Os nossos entrevistados consideram que existe um grupo de Perna, mas que existem várias CPs dentro da CP. Os gestores relatam a dificuldade para administrar os conflitos intragrupais, pois líderes de subgrupos convivem em um mesmo pavilhão com a sempre iminente possibilidade de tomada de poder. Ao que apuramos o *staff* toma interesse pelas gangues apenas de maneira

instrumental, observando em primeiro lugar se estas organizações não colocam em risco a segurança e depois como aqueles grupos podem ser úteis para a manutenção da ordem prisional.

Embora possamos identificar a presença dos dois grupos em grande parte das unidades prisionais do estado, a força da CP se concentra no Presídio Salvador e a de Perna, na Penitenciária Lemos de Brito (PLB), mas isso não quer dizer que sejam centros de comando, mas de aporte de massa carcerária. Os atuais líderes dos dois grupos – Cláudio Campanha e Genilson Lino – estão em penitenciárias federais fora do estado mas mantêm o controle do que acontece nas instituições e nas ações “da rua”.

Perfil e estrutura das gangues prisionais

As duas principais gangues que atuam no sistema penal da Bahia apresentam perfis diferenciados ao longo de suas trajetórias. O grupo de Perna é formado por pessoas mais velhas e o grupo da CP tem como integrantes, normalmente, pessoas mais novas, principalmente aquelas vindas do Presídio Salvador (Casa de Detenção), considerada a “fábrica” do grupo. Dizem os entrevistados:

Pra Perna, o que é certo, é certo, o que é errado, é errado. Pra ele chegar e dizer que alguém não presta, não adianta nem matar porque não serve nem pra adubo. A CP é mais violenta, Claudio tem dinheiro mas não tem juízo. Ele age por impulso, Perna não. Tem poder e tem mente. Quando Perna foi pra Catanduva mesmo, o pessoal queria fazer o que Cláudio mandou fazer, queimar os ônibus, quebrar tudo. Mas ele sabe que na vida tem os erros e os acertos. Ele é um jogador: sabe na hora que perde e que ganha. (Kirk, interno, idade ignorada)

Existem diferenças no grupo de Perna e Piti: os últimos são mais sanguinários, não têm cabeça e são pulverizados. O pessoal de Perna é mais discreto, mais coeso e não gosta de coisa errada na cadeia. Eu queria ter ele aqui comandando um pavilhão...(Altus, *staff*, idade ignorada)

Em relação ao tamanho e coesão, a CP é mais pulverizada e formada essencialmente pelos “couros de rato” (novatos, sem visita, considerados dentro das cadeias os mais baixos em qualquer hierarquia e que estão dispostos a fazer qualquer empreitada não medindo riscos ou conseqüências). Cumprimentam-se através da expressão “eia” que quer dizer “e aí?”. Segundo

os relatos colhidos, costumam espancar para demonstrar força, sendo mais violentos. Ao contrário da CP, o grupo de Perna quando têm que usar a força, não se exibem e são mais discretos, são vistos como mais “racionais”. Em uma unidade de regime semi-aberto pudemos notar a existência de uma música cantada pelo grupo da CP onde reafirmam a identidade do grupo e ameaçam policiais. Além desta música constatamos que também existem pontos de capoeira⁴ nos quais são ditas palavras de ordem desta gangue prisional.

O ingresso na gangue prisional

Em ambos os grupos, a entrada de novos membros parece ocorrer de forma similar. Inicialmente, há que se esclarecer que nem todos que são denominados como CP ou Perna realmente fazem parte efetiva do grupo, pois basta um preso ter passado por um pavilhão comandado por uma gangue ou outra para ser identificado como tal em outras unidades facilitando ou dificultando sua vida no cárcere.

Na triagem dos internos tanto no Presídio Salvador quanto na Penitenciária Lemos Brito os agentes perguntam sem nenhuma inibição a qual gangue o interno que está chegando faz parte. A partir de sua auto-denominação ele é colocado dentro de um módulo controlado pelo seu grupo de filiação. Isso, segundo os membros do *staff*: “é uma medida que é feita para a própria segurança da unidade.”

Fato similar ocorre em função do bairro onde mora em Salvador: a depender de qual grupo comanda a venda de drogas na área, automaticamente, o interno é identificado como tal. Assim, novos membros são inseridos inexoravelmente em situações que nem sempre escolheram. Essa identidade pode lhe trazer proteção ou deixa-lo vulnerável, a depender de onde esteja. Em algumas unidades, essa inserção é forçada, mas em outras a pessoa “se envolve” nas atividades do grupo se quiser.

Esta inserção forçada é observada também em gangues prisionais em outros contextos, como o americano, por exemplo. Embora aqui não haja claramente um padrão de idolatria étnica ou a identificação através de tatuagens

⁴ Músicas cantadas e acompanhadas por palmas e percussão durante o jogo de capoeira

que expressem simbolicamente a filiação a uma gangue, existe uma territorialização do espaço urbano da cidade e da região metropolitana.

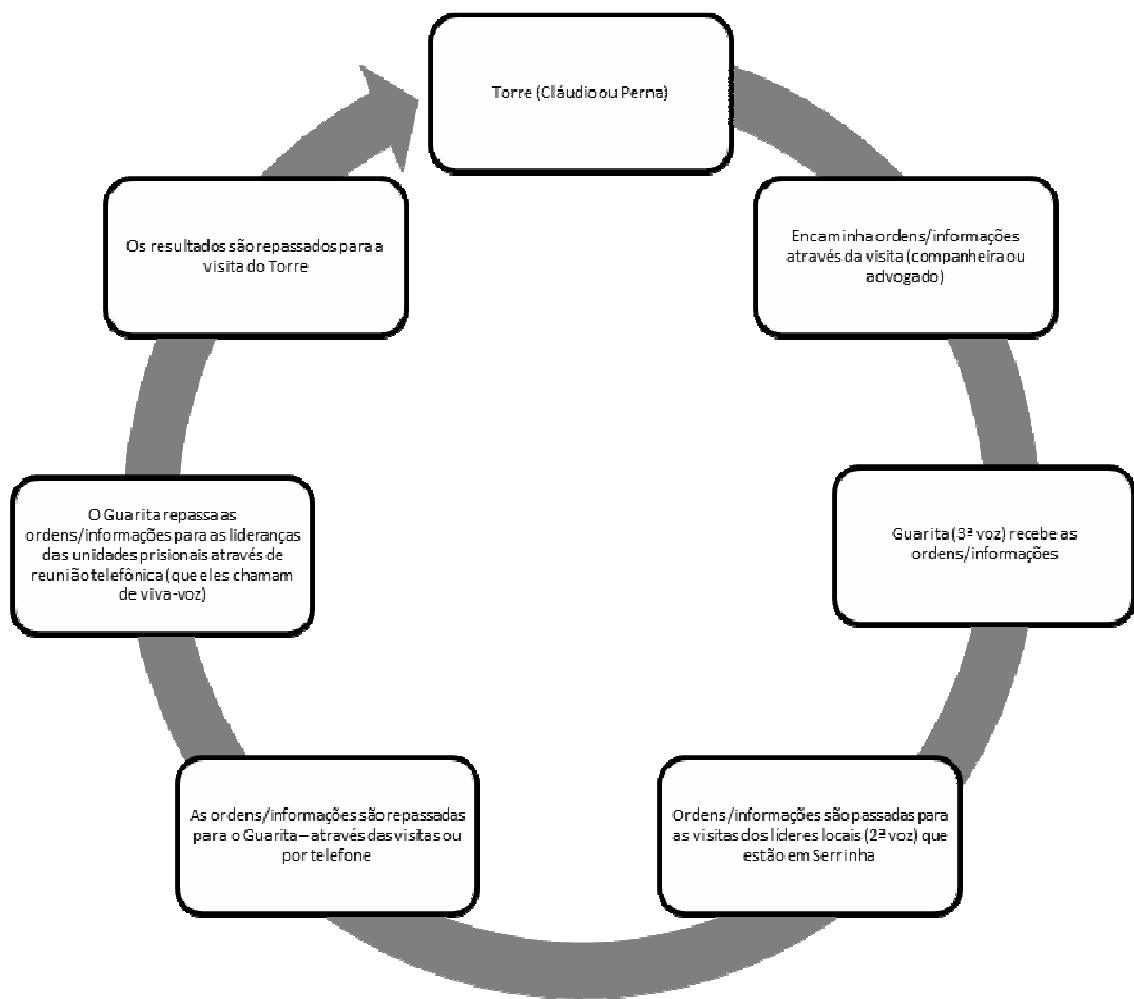
Para aqueles que realmente querem fazer parte de um dos grupos basta conhecer alguém ou entrar em um pavilhão e apresentar os seus serviços. Não há indícios de rituais específicos embora a pessoa tenha que estar disponível para as atividades que lhe forem atribuídas.

Estrutura hierárquica

A identificação da estrutura hierárquica e distribuição de poder e tarefas não foi tarefa fácil para os pesquisadores em função da dispersão e da existência de uma infinidade de lideranças de terceiro escalão que permutam atribuições e funções rotineiramente a depender de onde estejam custodiados ou mesmo se estão em liberdade ou não. Além disso, as execuções são frequentes dentro do próprio grupo existindo um alto *turnover* na organização conforme podemos inferir da fala um interno:

A guerra é grande e não acaba não.. Quando um sai, outro assume. E aí vem as cartas, as ordens com as mulheres... assume um, assume outro... mata um, mata outro.. e tem um negócio de sorteio aí, que ninguém sabe se é sorteio mesmo ou se coloca só um nome e diz que foi sorteio... (Hetfiled, interno, idade ignorada)

De todo modo, chegamos à seguinte estrutura que pode ser aplicada para ambos os grupos e nos dá indícios de como as informações circulam nos grupos:



As visitas têm papel fundamental na manutenção dessa estrutura. Advogados e companheiras são os mensageiros das execuções, das trocas de comando, das advertências, das proibições e das permissões. O advogado, além desse papel, se constitui como um dos bônus recebidos por aqueles que participam do grupo posto que trabalha no sentido de representar seus membros, agilizando saídas e benefícios⁵. Um integrante da CP diz que o grupo está acabando pois *“como é que existe um grupo sem estrutura, sem advogado, sem apoio?”* Essa fala nos dá ideia de como o grupo coopta e mantém seus membros. Claro está que esse “bônus” ou o “apoio” tem um preço e não é incomum nos depararmos com internos que sofreram violência ou que são ameaçados e até executados por não aderirem ao grupo ou não cumprirem as ordens das lideranças.

⁵ Os internos chamam a advogada que trabalha nos seus casos como “mãe da CP”.

O controle da ordem na instituição penal pelas gangues

A violência encontrada nesse sistema social é a manifestação de um poder que se converte em instrumento de dominação. Aliás, vale lembrar Foucault (2006, p. 416) quando afirma que “a prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado nu, nas suas dimensões as mais excessivas, e se justificar como poder moral”. Quando identificamos o poder em torno de uma pessoa – obviamente respaldada pela obediência de um grupo – concluímos que essa situação se mantém devido à violência, instrumento necessário para mantê-la, ou pela legitimação. Os relatos seguintes elucidam o que até aqui foi discutido:

[...] porque a realidade é essa: se não existir uma liderança na cadeia, existe crime. Porque antigamente era assim... A gente podia fazer qualquer coisa na cadeia... assaltar, matar... existiam várias quadrilhas. Hoje não. Hoje tem um comando que procura um modo de a pessoa viver lá dentro pra cumprir sua pena e sair. Às vezes faz isso de maneira errada, mas é o crime. (Lars, interno, 34 anos)

Porque na época que eu tirei a cadeia, 93, 94, o sistema Carcerário não era como hoje... O sistema era desgovernado; não existia ‘patrão’⁶ como tem hoje, que comandasse a massa carcerária. Hoje tem como o cara se reabilitar e ele tirar a cadeia pra ir embora. (Newsted, interno, 37 anos)

Podemos perceber que funções antes assumidas pelo *staff* foram pouco a pouco transferidas para as lideranças que, ao serem chamadas de “patrões” pelos demais internos, nos dá indícios da autoridade nelas investida. Elas têm o controle de aspectos vitais dentro do pavilhão: espaço, trabalho, segurança, sanções, acesso aos serviços etc. – tudo que antes era gerido pelo *staff* – até comercialização de bens permitidos e/ou contrabandeados. De fato, o interno não tem como escapar dessa estrutura e é impelido a reproduzi-la. Esses dados são compatíveis com os achados de Coelho (2005):

Ao ser transferido para a cela de ‘convívio’, o preso deve apresentar-se ao “xerife”: este é o responsável, frente à administração, pela ordem na cela coletiva. Ao receber o novo preso, dá-lhe ciência das regras do “convívio” e destina-lhe uma “comarca” (a cama ou o espaço onde colocará seu colchão), que passará a ser seu “território”, seu espaço individual inviolável. (COELHO, 2005; 88p.)

⁶ ‘Patrão’ é um dos termos como o líder é chamado pelos internos.

Outro aspecto a ser considerado é a avaliação feita pelos internos acerca do papel da liderança. Nos relatos sobre o tema, 2/3 de nossos informantes ressaltaram as avaliações positivas feitas em relação ao papel do líder. Contudo, embora alguns internos festejem a relativa diminuição da violência visível a partir da instalação das lideranças, essa função é vista de forma ambígua por outra parte da população prisional, que vê contradições no fato de ser comandada por seus pares. De fato, parece haver consenso no reconhecimento de que a liderança é exercida de forma coercitiva, pois se são os líderes quem, por vezes, controlam a situação dentro dos pavilhões, são eles também os mandantes da violência física existente no cárcere. Os diversos relatos demonstram os sentimentos e as reflexões sobre esse aspecto e esclarecem alguns motivos plausíveis pelo quais a existência de uma liderança é avaliada ambigualmente:

Acho essa violência uma descaração... A cadeia é para a gente pagar o que errou perante a sociedade. A gente tem que tirar a cadeia pra ir embora. Mas não. Tem gente que chega, quer colocar logo uma faca, um facão, uma foice e quer mandar na cadeia, quer dar ordem. Eu não recebo ordem de ninguém dentro da cadeia. A cadeia é pública, é do governo pra gente tirar, não é para o preso mandar. Quando a gente está preso é mais discriminado do que fora. (Ulrich, interno, 25 anos)

Esse negócio de ter linha de frente é uma coisa que eu, particularmente, sempre achei errado. Uma só pessoa tem voz sobre todos... Não pode isso, não pode aquilo... (Trujillo, interno, 33 anos)

Não deveria ser assim, mas se não tiver uma pessoa, um líder, é pior. Tem que ter uma pessoa lá dentro que chame todo mundo, que tenha uma voz, que seja a principal, que as pessoas respeitem, porque senão a situação fica difícil, pois todo mundo vai querer tomar a sua própria decisão. (McGovney, interno, 37 anos)

Aí desce o líder com uma parte do bando dele e diz: 'Você e esse que tira com você aí, adianta o lado'. Eu disse: 'normal'. Aí cheguei na cadeira de praia que eu tenho lá, sentei e falei: 'Guarda, os donos da cadeia disseram que não querem a gente aqui não, viu?' Eles querem que quando eles falem 'Saia' que a gente bata na grade e peça pra sair. Eu não me preocupei hora nenhuma. Aí tava dando três horas quando fica só um agente no portão. Quando deu três horas nós colocamos cinco colchões no portão. Pensei: 'Se eles quiserem estourar, eles primeiro vão passar pelo fogo, depois pela faca da gente até chegar até a gente'. Aí chega ele e um bando de uns oitenta. Aí eu disse: 'O

seguinte é esse, eu pedi aos guardas; agora só saio quando a polícia me tirar; se a polícia não me tirar, problema da polícia'. Aí ele foi na segurança e os guardas vieram me tirar. (Cliff, interno, 39 anos)

Notamos que a ausência de alternativa visível para a mediação dos conflitos e manutenção da ordem torna a liderança aceitável para alguns ou essencial para outros. No último relato fica demonstrado como a resposta que a instituição dá às demandas das lideranças – cotidianamente designadas como “os donos da cadeia” pelos opositores desse sistema – legitima as suas ações, criando uma propensão à aceitação de seu papel. Na realidade, os internos carecem de alguém no papel de controle, de organização e de facilitador devido à extrema dependência vivenciada nesse ambiente.

Em seu trabalho em uma penitenciária mineira, Paixão (1987, p. 79) também encontrou essa ambiguidade e sobre isso concluiu que “[...] os presos se ressentem – por vezes amargamente – dos custos da dominação da massa por lideranças organizadas, mas terminam por se submeter a elas – por medo, cálculo ou resignação”.

Nos relatos podemos apontar, ainda, que a percepção negativa das lideranças está associada à reflexividade dos internos que conseguem perceber todas as outras questões envolvidas no exercício da liderança, como o tratamento diferenciado a depender do poder de cada um em relação aos demais, os ganhos econômicos, as regalias. As desigualdades, já normalmente presentes em qualquer grupo social, são aqui ampliadas especialmente pelo domínio do capital econômico e pelo rígido controle social que restringe a agência e as possibilidades de ampliação dos próprios recursos. Os excertos abaixo dão mostras disso:

Muito ladrão que está na cadeia, a maioria não quer nem sair mais aí de dentro, porque eles acham que tem uma fonte de renda aí dentro que lá fora não vai achar isso. Quantos venderam cela aqui dentro, mais de mil reais cada cela. Se alguém vende uma cela e o cara que comprou vai embora, a cela é repassada para algum conhecido da coligação; não é pra qualquer um que tem dinheiro. Aí ele vende por mil e quinhentos... Veja só: mil e quinhentos sem fazer nada. Só comandando... (Hammet, interno, 38 anos)

Tem que acabar com a linha de frente. Porque se eu tenho costas quentes eu posso matar um companheiro; se não tenho, vou pensar

mais pra fazer isso. O linha de frente manipula os outros. Se não acabar com as quadrilhas dentro da prisão, não acaba com o crime organizado na rua; não tem como. Todos os praticantes da rua estão aqui presos, mas não deixam de estar praticando lá. Eles ganham muito poder aqui, pois é muito lucrativo. Tudo na cadeia é vendido. Nada é de graça, nada. Então, o linha de frente, ele comanda tudo. Pelo valor ser superior ao que ele ganhava na rua, ele nunca vai querer sair do crime. E tem gente que aqui cria vínculo, é protegido pelo linha de frente e quando sai, fica devendo e vai trabalhar pra ele na rua. (...) Isso aqui é um caldeirão pronto pra explodir a qualquer momento. Até uma carta a gente não pode passar pra outra pessoa. Se você vai mandar uma carta pra casa, eles têm que ler. Acho isso humilhante demais. Um belo dia, eu saí pra lavar roupa, quando eu voltei tava um cara olhando meus diários e ele é da família, lá dentro, entendeu? Dei o flagrante, mas não falei nada. Quando foi de noite ele disse que eu colocava até a hora que acordava, dormia, mas não quis comentar as outras coisas que tinha. Então eu uso algumas palavras pra despistar. Tudo que é mais complicado eu coloco 'tempestades' pois só eu entendo. Tipo um código que eu tenho pra não sofrer. (Mustane, interno, 36 anos)

Nada pra nós que somos fracos, favorece... A mídia generaliza tudo: ah, nas celas tem frigobar, televisão de plasma, não sei o que... No meio de mil e poucos é um, dois, que tem isso... Só a linha de frente. Se fosse assim ninguém ia pra rampa todo dia pegar aquela comida... quem tem o poder aquisitivo, tem um poder paralelo... eu que não tenho nada, para ter o mínimo tenho que fazer uma função, fazer um artesanato e pagando por aquele outro que tem tudo, porque quando a bomba estoura a gente é que paga, como sempre. (Gary, interno, 46 anos)

Chega um agente se queixando que um interno, que não está na lista do Sereno, queria ficar até mais tarde fora da cela. O coordenador dá instruções precisas de que só fica quem está na lista. Fico sabendo que é uma forma de privilégio e, conforme citado por um outro interno, é regalia da comissão que está à frente do pavilhão. (Diário de Campo, 08/04/2008)

No pendulo entre a ordem e a desordem (notas para um debate em curso)

Não existe, pois, unanimidade dentro da população carcerária acerca do papel das lideranças ou 'comissões' e muitos dos internos conseguem perceber a ironia de tal instituição. Contudo, em virtude da diminuição relativa da violência visível e do controle dos problemas existentes nos pavilhões, as 'comissões' foram sendo cada vez mais reconhecidas e, no decorrer dos últimos anos, suas áreas de atuação foram mais ou menos ampliadas, bem como as regalias conquistadas, a depender do estilo gerencial da direção. Percebemos um movimento pendular de restrição e ampliação do espaço ocupado pelas lideranças que depende do contexto, da configuração do campo. Mudanças de

gestão sempre acompanham promessas de reformulação na dinâmica dos controles, mas o poder intercursivo, até aqui, sempre prevaleceu:

[...] quando ele [diretor] assumiu, ele reuniu a comissão de todos os pavilhões, pois acontecia muita coisa. Eu não conseguia acreditar que o funcionário tomava tapa de preso, os presos se achavam superior a tudo, até ao guarda. Aí o Dr. xxxx reuniu todas as comissões e falou: olha, eu não sou contra que na cadeia tenha comissão, só vou dizer uma coisa, na cadeia pode ter comissão sim, só quero que saiba que quem manda na cadeia é a Secretaria, depois eu, que sou o diretor, e meus guardas, não a comissão. A comissão está para administrar a cadeia e ajudar um pouco. (Cliff, interno, 39 anos)

De forma geral, os líderes passaram a administrar os pavilhões e a assumir funções que antes eram do *staff*, como já mencionado, designando onde cada preso poderia ficar; controlando assistência médica, social e jurídica através da criação, pela própria Secretaria de Justiça, dos ‘monitores’ para cada uma dessas áreas. Esses monitores são escolhidos pelos líderes e têm a função de elaborar as listas de atendimento, numa transferência clara das atribuições do *staff*.

Essas atribuições culminaram na ampliação de outras formas de vitimizações mais sutis – embora as vitimizações físicas persistam com altos índices como veremos adiante – mas igualmente danosas para a maioria da população carcerária. Assim, a ordem e o controle social se dão pela manifestação ou possibilidade de manifestação do poder através do uso da força e da coerção, corroborando a afirmação de Giddens (2003) de que ordem e controle estão intimamente relacionados com a noção de poder.

Vemos, a seguir, alguns exemplos citados acerca do papel determinante do líder na organização dos pavilhões, na manutenção da ordem, das atividades e rotinas:

Quando acontece algo, às vezes, a gente nem sabe quem foi, pois é a cadeia toda em cima de um. Hoje ninguém faz nada se não tiver uma ordem. Ninguém pode espancar, riscar o dedo em alguém se não passar pela comissão. Mas antes qualquer coisa era problema... (Dave, interno, 39 anos)

O interno precisa pedir ao ‘patrão’ para sair do pavilhão quando é chamado para um dos Serviços da instituição. E às vezes o ‘cara’ está ocupado, está jogando bola, está com visita ou mesmo resolvendo outro assunto. Sempre trabalhei nos módulos e via isso acontecer constantemente. Se o cara tem que ir ao médico tem que justificar ao

líder o motivo pelo qual está indo: “Está doente de quê?” Pergunta. (Lee, *staff*, 49 anos)

Quando solicito ao interno que mande me avisar quando precisar falar comigo, ele diz: “É difícil, ninguém traz não, pois a Frente não deixa. É difícil demais pra chegar até vocês aqui”. (Diário de Campo, 29/05/2009)

Vou à Segurança levar a relação de atendimentos do dia. Lá encontro um dos membros do *staff* conversando com um interno que é da linha de frente de um dos pavilhões. Estão discutindo sobre a alocação de internos dentro do pavilhão em virtude da desativação de um dos módulos. (Diário de Campo, 26/05/2008)

Mais uma vez, notamos como se processam as funções de ordem e controle e como são legitimadas pela instituição ao se reportar sempre à Comissão, ao compartilhar tarefas com as lideranças ou quando chama os “interlocutores” para solucionar problemas com a população carcerária. Não são incomuns reuniões periódicas com as lideranças na sala dos gestores para tratarem do “andamento da cadeia”. Embora pareça ser um processo democrático de administração, as decisões não são submetidas a toda a população, mas sim ao grupo que detém, naquele momento, o poder. As lideranças utilizam o poder como meio de controle social no cotidiano prisional através de diversos instrumentos que vão desde a confecção de uma cartilha com as normas do pavilhão ou unidade, conforme apresentamos, até ao uso da força nas formas de vitimização.

As situações de conflito entre internos também são resolvidas pela liderança do pavilhão ou ‘linha de frente’, através de vários procedimentos que se assemelham aos tribunais do crime estudados por Feltran (2010) nas periferias de São Paulo. Nessas comunidades, as contendas são resolvidas através das lideranças criminosas locais em procedimentos conhecidos como ‘debates’, que arbitram as sanções para as diversas causas e seus envolvidos, em um ritual similar àqueles que ocorrem nos tribunais legais. Um dos procedimentos identificados na instituição penal é o que denominam ‘para’ ou ‘sumário’, que se refere a uma espécie de tribunal em que, a depender do caso, as partes são ouvidas e a sanção é estabelecida e cumprida de imediato. Outra modalidade encontrada em um dos pavilhões é o ‘limpa’, que ocorre após o interno ter recebido dois cartões vermelhos (duas advertências) por alguma falta

cometida. Sua denominação se refere à ideia de que o envolvido está “sujo” na cadeia, e o “limpa” tem a função de fazer com que pague pelas faltas.

A sentença pode variar a depender do *status* das pessoas envolvidas e isso nos remete novamente à questão do poder e sua multidimensionalidade como veremos no modelo de Edgar, O'Donnell e Martin (2003), (vide p. 180 nesse trabalho), bem como sua relação com a vitimização, conforme iremos propor em outro capítulo. Vejamos exemplos de ofensas consideradas sérias e que, caso outros internos com maior capital social ou econômico estivessem envolvidos, certamente o tipo de ‘castigo’ seria outro:

No pavilhão teve um problemazinho na sexta-feira, no dia da visita íntima, e o cara deu uma cacetada no outro, uma paulada, para matar; quer dizer: a cadeia está em paz, o Corpo está em paz e ele é cadeeiro, tirando oito anos de cadeia, fazer uma besteira dessas; aí o “home”⁷ pegou e falou: ‘rapaz, você sabe que não pode acontecer isso de forma nenhuma; se for pra acertar alguma coisa, deixa pra depois da visita’. Outra coisa: a cabeça do cara sangrando e ele dando paulada no cara. As visitas ficaram todas com medo e entraram pra cela, ficaram tremendo e tem uma senhora lá que tem problema do coração. Aí chegaram os soldados [da linha de frente] todos né, como chamam... Aí o homem chamou os dois e disse que da próxima vez não ia ter perdão, mas que ia dar uma oportunidade pra eles, pois eram cadeeiros⁸. (Jack, interno, 29 anos)

A cultura prisional, assim, espelha alguns dos aspectos da comunidade de origem dos prisioneiros que se ajustam às condições específicas. Um desses aspectos é como um interno alcança a posição de líder, processo que se assemelha ao *modus operandi* das gangues nas disputas de espaços no mundo externo. Na literatura prisional, encontramos duas modalidades que também foram identificadas no ambiente estudado. A primeira delas – mais próxima à cultura das gangues – é a tomada de poder através da força e se caracteriza por uma disputa de grupo de internos, usualmente, liderados por pessoas de *status* semelhante no mundo do crime:

Eu vejo assim: primeiro o poder aquisitivo, os líderes são aqueles que têm mais poder aquisitivo, na maioria dos casos os traficantes, quando acontece de termos assaltantes, por exemplo, assaltantes a banco que também detêm o poder aquisitivo, mas que não se envolvem muito com tráfico, aí a coisa fica mais tensa, a gente percebe isso, por que eles querem por que querem sair, eles não querem permanecer. O traficante

⁷ Outra forma de denominar o líder do pavilhão.

⁸ A expressão ‘cadeeiro’ designa aquele que tem experiência e longo tempo na prisão.

ele se acomoda mais, por que com o advento do celular dentro das prisões ele consegue ainda manter o contato com os outros. (Rob, *staff*, 39 anos)

Esse cara estava em outra unidade e retornou há pouco tempo para cá. Chegou no pavilhão derrubando a liderança anterior. É autor de vários assaltos a bancos por todo o Brasil. Movimenta muito dinheiro. Tem três advogados. É um terror. (Tom, *staff*, 54 anos)

Como estava tendo muito 'espancamento' no pavilhão, esses líderes tomaram à força a liderança, sob violência, e desde então xxxx está comandando a Linha de Frente. Desde, então, não está mais havendo cobrança de cela. (Paul, interno, 42 anos)

Outra forma de acesso ao poder se dá pelo convite da instituição, prática extinta há décadas em outros países (*Building Tender System*, ver MARQUART e CROUCH, 1984), em que os próprios internos eram utilizados como forma de controle social. O relato de um antigo líder revela essa prática:

No meu caso não precisei usar a força para assumir a liderança. Há quatro anos atrás o Corpo era de um jeito. Aí teve uma mudança, que os responsáveis de lá saíram; a Segurança tirou porque eram muito violentos. Aí a Segurança me convidou e comigo foram mais cinco; aí eu aceitei porque muita coisa eu via: muito estorquimento, muita oprimissão; então junto com meus colegas eu procurei ver se fazia uma coisa diferente. Tinha muita morte... (Holt, interno, 40 anos)

A tomada ou a assunção ao poder não é vista como um ato magnânimo de um grupo insatisfeito com as condições de gestão. Na verdade, assumir a Linha de Frente é um meio de se apropriar das regalias e, principalmente, da manutenção ou ampliação da possibilidade de comercialização de bens e serviços dentro da instituição penal. A cultura que impera no sistema é uma resultante dos valores cultuados na subcultura criminosa e dos princípios capitalistas de geração de riqueza.

Bibliografia

CLEMMER, D. *The Prison Community*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1940.

COELHO, E.C. *A Oficina do Diabo*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DANITZ, T. Gangs Behind Bars (prison gangs). *Insight on the News*, 1998

EDGAR, K; O'DONELL, I.; MARTIN, C. *Prison Violence: the dynamics of conflict, fear and power*. Devon: William Publishing, 2003.

FELTRAN, G.S. Crime e Castigo na Cidade: os repertórios de justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, 23(58), 2010, p. 59-73.

FOUCAULT, M. *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Gallimard, 2006.

GIDDENS, A. *The Constitution of Society*. Cambridge: Polity Press, 2003.

GOMES, M.J.F.P. *Prisão e Ressocialização: um estudo sobre o sistema penitenciário da Bahia*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Família, Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, UCSAL, 2009.

MARQUART, J.W., CROUCH, B. M. Coopting the kept: using inmates for social control in a southern prison. *Justice Quaterly*, 1984, p. 491-510.

PAIXÃO, A. L. *Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Cortez, 1987.

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, M. Gangs and Social Change. *Theoretical Criminology* 2003, 7: p.191-216.

SPARKS, R.; BOTTOMS, A.; HAY, W. *Prisons and the problems of order*. Oxford: Clarendon Press, 1996.